ASSINE

Política

Secretário da Segurança defende cooperativa de van ligada ao PCC

Alexandre de Moraes aparece no Tribunal de Justiça como advogado da Transcooper, investigada por suspeita de vínculo com crime organizado

Por Da Redação
9 jan 2015, 09h17

Alexandre de Moraes assumiu a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo *(Edson Lopes Jr/A2 FOTOGRAFIA/Divulgação)*

O secretário estadual da Segurança Pública de São Paulo, **Alexandre de Moraes** (PMDB), aparece no Tribunal de Justiça de São Paulo como advogado em pelo menos 123 processos na área civil da Transcooper. A cooperativa é uma das cinco associações e empresas citadas em investigação que apura supostas formação de quadrilha e lavagem de dinheiro do Primeiro Comando da Capital (PCC).

O secretário afirmou, em nota, que "renunciou a todos os processos que atuava como um dos sócios do escritório de advocacia" no qual

trabalhava. Ele disse ainda que solicitou, em 1.º de janeiro, uma licença temporária de sua inscrição como advogado na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Segundo a nota, Moraes começou a advogar para a Transcooper no dia 27 de janeiro de 2011 em causas civis e administrativas. "Não houve qualquer prestação de serviços advocatícios – nem pelo secretário nem pelos demais sócios – às pessoas citadas em possível envolvimento com o crime organizado, em 2014. O contrato se referia estritamente à pessoa jurídica da cooperativa", informou a nota. Nesta quinta-feira, porém, Moraes ainda permanecia no site do TJ como defensor da cooperativa.

Antes de ser anunciado para o cargo no governo Geraldo Alckmin (PSDB), no dia 17 de dezembro, Moraes comandava um dos mais famosos escritórios de advocacia em São Paulo. Entre seus clientes estão empreiteiras, associações e políticos. Ele também participou de 2007 a 2010 da gestão Gilberto Kassab (PSD) na prefeitura da capital paulista, quando acumulou os cargos de presidente da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) e da São Paulo Transporte (SPTrans), além de Secretário de Serviços e de Transportes.

Leia também:

Secretário de Segurança troca cúpula das polícias em SP

'Menor é 007: tem licença para matar', diz chefe da polícia

A Transcooper teve até 2010 como seu cooperado e um dos diretores o e deputado estadual Luiz Moura, que foi **expulso** do diretório estadual do PT depois de ter o nome envolvido na mesma investigação. Em março do ano passado, Moura foi flagrado em uma reunião com 42 pessoas em uma garagem da cooperativa, durante uma operação surpresa organizada pelo Departamento Estadual de Investigação Criminal (Deic). Ao menos treze pessoas que participaram do encontro pertenceriam à facção. A apuração do Ministério Público contra a Transcooper continua em andamento.

Em 2010, quando as investigações tiveram início, Moura era diretor de uma das empresas citadas, a Happy Play. As outras eram a Himalaia e a Novo Horizonte. Na investigação, um dos endereços encontrados da Happy Play era o da garagem da Transcooper.

Por telefone, Moura se limitou a dizer que não conhece Moraes. Seu irmão, o vereador Senival Moura (PT), era um dos cooperados e **também é investigado** pelo Ministério Público. Ele disse que conheceu o secretário e que ele tinha boa relação com os permissionários. "Sempre foi um profissional muito respeitado entre os permissionários e a direção da Transcooper. Depois que ele foi secretário de Transportes, foi contratado como advogado da cooperativa para defender nossas causas", contou Senival.

Leia mais:

O (explosivo) braço político do PT no mundo dos perueiros

A maioria das ações em que o escritório de Moraes atua para a Transcooper é de permissionários ou ex-funcionários da associação que pediram indenizações por danos morais. Em um dos processos, que teve início em 2004, o atual secretário defendeu a Transcooper em um caso em que era apurado um suposto esquema que apontou irregularidades da SPTrans sobre multas contra perueiros. A última movimentação da ação foi no dia 17 de dezembro, quando Moraes foi anunciado para o cargo no governo Alckmin. O secretário também atuou em ações propostas pelo MP, como no caso da greve de ônibus em 2005, no qual a Transcooper, Himalaia e as demais associações e empresas que atuam no transporte público de São Paulo foram obrigadas a ressarcir os cofres públicos.

(Com Estadão Conteúdo)

MAIS LIDAS

CIDADES GERALDO ALCKMIN GOVERNO PCC SÃO PAULO SEGURANCA

TRANSPORTES

Assine Abril

Veja

ASSINE

A PARTIR DE R$ 4,00/MÊS

Superinteressante

ASSINE

A PARTIR DE R$ 9,90/MÊS

Você RH

Veja Saúde

ASSINE

A PARTIR DE R$ 9,90/MÊS

ASSINE

A PARTIR DE R$ 9,90/MÊS

QUATRO RODAS

Claudia

ASSINE

A PARTIR DE R$ 9,90/MÊS

ASSINE

A PARTIR DE R$ 9,90/MÊS

Leia também no GoRead

veja

SIGA

GRUPO Abril

BEBÊ

BOA FORMA

BRAVO!

CAPRICHO

CASA

CASACOR

CLAUDIA

ELÁSTICA

ESPECIALLISTAS

GUIA DO ESTUDANTE

INSTITUTO VEJA

QUATRO RODAS

SUPERINTERESSANTE

VEJA RIO

VEJA SÃO PAULO

VEJA SAÚDE

VIAGEM E TURISMO

VOCÊ RH

VOCÊ S/A

Grupo Abril

Política de privacidade

Como desativar o AdBlock

Atendimento ao assinante – Minha Abril

Anuncie

Dicas de Segurança

Vendas

QUEM SOMOS | FALE CONOSCO | TERMOS E CONDIÇÕES | TRABALHE CONOSCO

Abril Comunicações S.A., CNPJ 44.597.052/0001-62 - Todos os direitos reservados.